

A FURNA DO “BURACO DO PADRE”, EM PONTA GROSSA - PR COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO, CONSERVAÇÃO E TURISMO: UM ENSAIO

The cave of "BURACO DO PADRE", IN PONTA GROSSA - PR AS AREA OF EDUCATION, CONSERVATION AND TOURISM: AN ESSAY

Heder Leandro Rocha

Mestrando em Gestão do Território – PPGG/UEPG.
Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas - GUPE.

Contatos: heder_uepg@yahoo.com.br.

Resumo

Este trabalho é um ensaio que apresenta uma reflexão teórica sobre a questão da conservação de áreas naturais. Tem como referencial empírico uma cavidade subterrânea em Ponta Grossa – PR, uma furna conhecida como Buraco do Padre. O espaço Buraco do Padre é multifacetado, sendo uma propriedade particular situada e recoberta por diferentes áreas de preservação ambiental. Por outro lado, sua visitação é aberta. Funciona como um espaço público destinado ao lazer. Para que(m) conservar áreas naturais é a indagação principal desse ensaio que procura – ao invés de esclarecer – problematizar um pouco mais essa questão.

Palavras-Chave: Geoconservação, Buraco do Padre, relação sociedade-natureza.

Abstract

This work is an essay presenting a theoretical reflection on the issue of conservation of natural areas. Its empirical framework is established on an underground cavity known as “Buraco do Padre”, situated in the Ponta Grossa Municipality, State of Paraná, Southern Brazil. The “Buraco do Padre” space is multifaceted, being a private property located and covered by different areas of environmental preservation. On the other hand, has no restriction to visitation, acting as a public space for leisure. “What is the reason” or “what is the public to” perform conservation efforts in natural areas are the main questions of this essay, which seeks - rather than clarify - a little more questioning about this issue.

Key-words: Geoconservation, Buraco do Padre, society-nature relationship.

1. INTRODUÇÃO

O local conhecido como “Buraco do Padre” em Ponta Grossa é um sistema de furnas interconectadas. Está situado a aproximadamente 24km do centro urbano do município. A figura 01 mostra o acesso pela furna principal (com cerca de 40 m de profundidade) em que o visitante pode adentrar e observar uma cachoeira de 25 metros de altura, porém, antes de chegar à queda principal o Rio Quebra-Pedra passa por outra furna, de menor diâmetro e localizada cerca de 50m a montante, possuindo cerca de 5m de profundidade, onde o acesso se dá por trilhas. Após seguir um túnel de aproximadamente 40m de extensão, controlado por fraturas de direção NW-SE, o rio forma a cachoeira no interior da furna principal, e um pequeno balneário em sua base, como se pode observar na figura 02. Posteriormente, através de uma caverna escavada ao longo de falha de direção NE-SW com cerca de 30 m de extensão e 25 m de altura, o rio

segue seu curso até desaguar no Rio Quebra-Perna (PONTES *et al*, 2010) conforme se vê no cartograma 01.

A área do Buraco do Padre configura-se como de propriedade privada, apropriada como uso público e com competências de manutenção confusas. Enfim, configura-se um quadro de indefinição de responsabilidades e resulta no abandono e descuido. Contudo, continua a ser visitada, procurada e provocando emoções e sensações que justificam a busca dos visitantes ao local. Nesse sentido, o que mantém e dá sentido ao Buraco do Padre, no cotidiano, é a vivência insistente dos visitantes, apesar de alguns agentes hegemônicos não tomarem providências quanto à manutenção da área, como nos traz Rocha (2010).

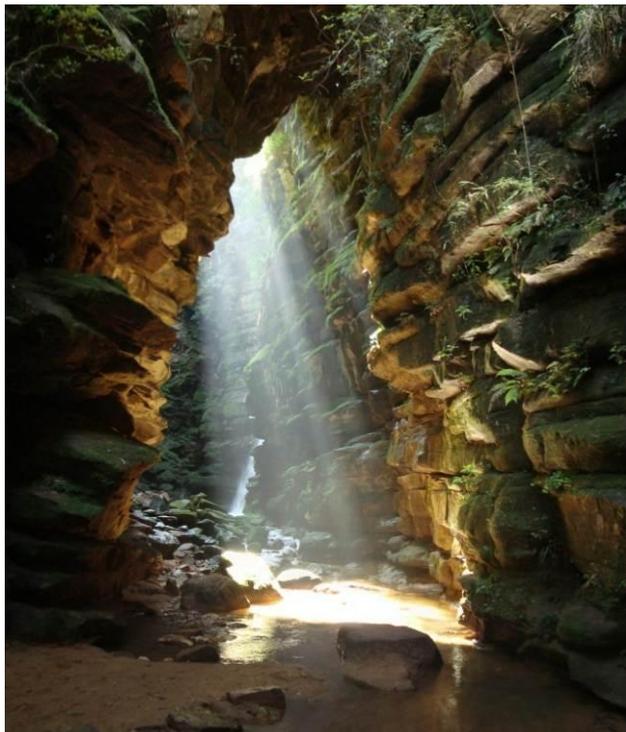


Figura 1. Buraco do Padre, Ponta Grossa-PR, acesso por rio subterrâneo.

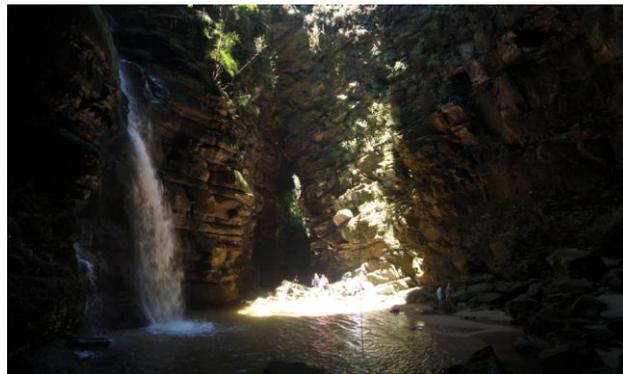
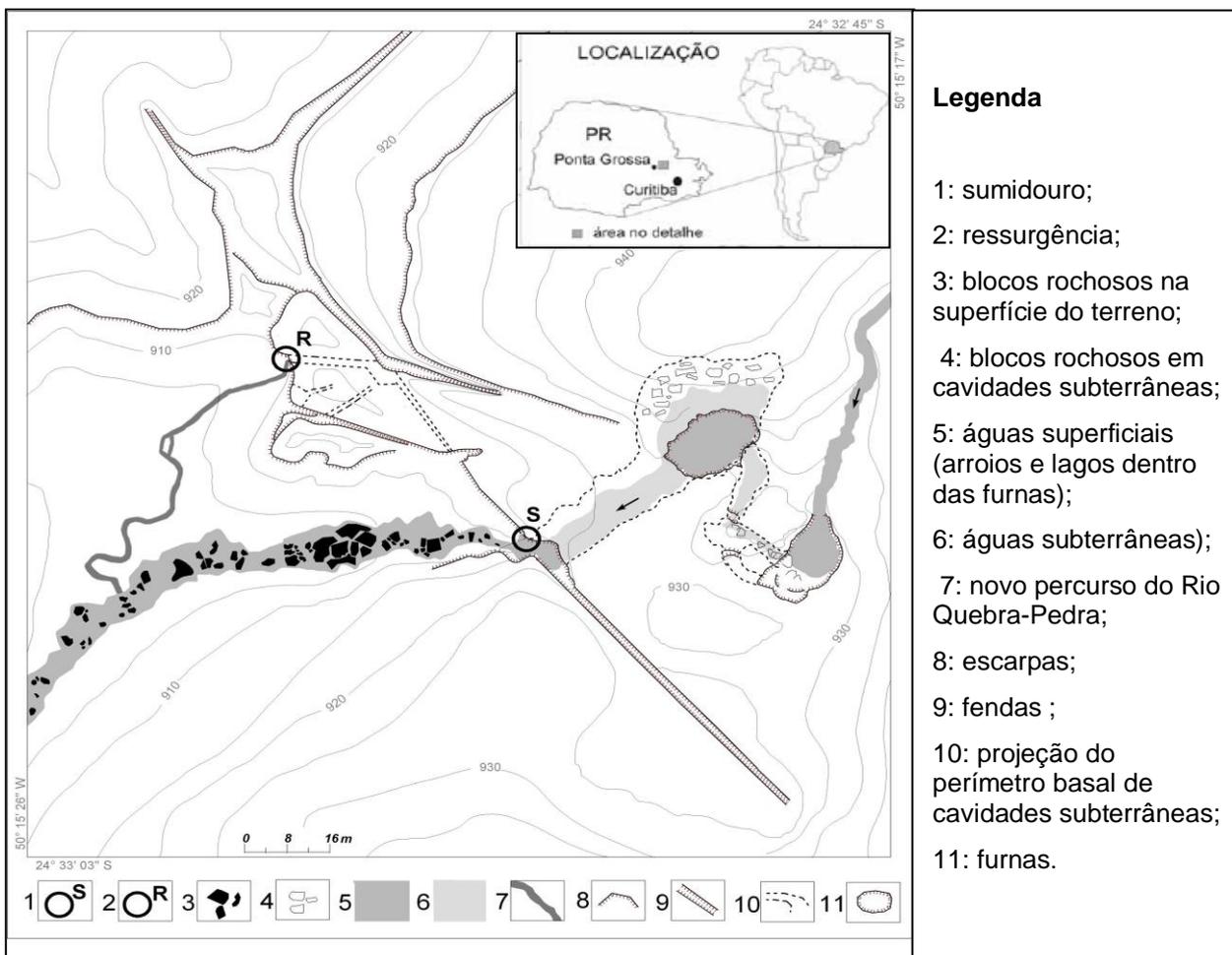


Figura 2. Buraco do Padre, Ponta Grossa-PR, vista interna.

Para realizar ações em torno da área do Buraco do Padre que possam torná-la um espaço de educação, conservação e turismo, é fundamental realizar um questionamento: para que(m) conservar as áreas naturais? Contudo é aqui que surge a primeira problemática, o que é entendido como meio natural? Essas questões vão guiar este trabalho.



Cartograma 1- Mapa da área (adaptado de PONTES et al, 2010)

2. O QUE É “MEIO NATURAL”

Dentro de uma perspectiva preservacionista o meio natural pode ser entendido como uma área de natureza virgem, ainda intocada pelo homem onde podemos contemplá-la em seu estado selvagem. Para Diegues (2000), em meados do século XIX, a criação do Parque Nacional *Yellowstone* nos EUA - o primeiro parque nacional do mundo - é resultado dessa perspectiva. Ainda segundo ele, em referência às idéias de paraísos perdidos na Terra, ilhas marítimas ainda intocadas, descritas por escritores românticos, nos traz que

Essas idéias, sobretudo a dos românticos do século XIX, tiveram, portanto, grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas como "ilhas" de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada. É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A (DIEGUES, 2000, p. 24).

Enquanto a preservação procura proteger a natureza a qualquer custo contra o desenvolvimento capitalista, a conservação surge desse contexto de apropriação da natureza como mercadoria, no sentido de dar um uso adequado aos recursos. Diegues (2000) aponta que esse movimento surgiu com Gifford Pinchot, sendo que “a conservação dos recursos naturais baseava-se no uso dos recursos naturais pela geração presente; em diminuir o desperdício; e que o uso desses recursos seria para o benefício da maioria da sociedade (DIEGUES, 2000 p. 29)”. Teria aí, surgido o que hoje conhecemos como desenvolvimento sustentável que segundo BRILHA (2005) teria surgido oficialmente no relatório “O nosso futuro comum”, em 1987 no âmbito da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo conhecido como “*Relatório Brundtland*” porque a responsável por ele foi a então primeira-ministra Norueguesa Gro Harlem Brundtland.

Esse modelo norte-americano se espalhou rapidamente por todo mundo, principalmente para os países subdesenvolvidos, reproduzindo a lógica de *Yellowstone*, ou seja, distanciando novamente os povoados ou comunidades tradicionais das áreas de preservação, cujo objetivo passa a ser visitar, apreciar a **natureza-espetáculo**. No entanto, a relação homem-natureza nesses países, nessas comunidades, é diferente daquela existente nos EUA, porque a própria ideia de área de preservação nesses países é diferente daquela norte-americana. A

transposição de um conceito como esse para outras realidades pode ser perigosa.

No Brasil, a criação dos Parques de Itatiaia no Rio de Janeiro e do Iguaçu no Paraná, no final da década de 30 seguiu essa lógica. Mochiutti (2009) nos traz que

A criação destas unidades foi fundamentada no conceito de parque, então predominante, para proteção de paisagens de excepcional beleza cênica, empregado na maioria das áreas protegidas criadas no planeta desde o surgimento do *Yellowstone National Park*, a primeira Unidade de Conservação Mundial, em 1872 nos Estados Unidos (MOCHIUTTI, 2009, p.33).

Diegues (2000) aponta para o que seria uma inadequação da ideia de áreas de preservação nos países de terceiro mundo, sendo que

Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos estão na base do que se define como a "crise da conservação (DIEGUES, 2000, p. 37).

O espaço Buraco do Padre, sendo recoberto por diversas áreas de preservação ambiental é o melhor exemplo dessa inadequação, pois, de tantas existentes, nenhuma delas foi efetivamente implantada e seu manejo não é estabelecido.

A influência preservacionista é de fácil percepção quando analisamos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, estabelecendo alguns critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Objetivando uma padronização na organização das categorias de manejo, o SNUC considera como Unidade de Conservação (UC) todo: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivo de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000)”.

Entretanto, o SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grupos, sendo:

- **Unidades de Proteção Integral:** áreas nas quais o objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei.
- **Unidades de Uso Sustentável:** áreas nas quais o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, colocando algumas restrições nesse uso.

No primeiro grupo temos os Parques Nacionais; os Monumentos Naturais; as Reservas Biológicas; as Estações Ecológicas e as áreas consideradas como Refúgio para a vida Silvestre. Já no segundo, de uso sustentável, temos as Áreas de Proteção Ambiental; as Áreas de Relevante Interesse Ecológico; as Florestas Nacionais; as Reservas Extrativistas; as Reservas de Fauna; as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Historicamente, o patrimônio natural no Brasil esteve atrelado ao conceito de monumento natural, de feição notável, grandiosa, que entendia o monumento natural, da mesma forma que o monumento histórico, o artístico e o cultural. Conforme nos lembra Scifoni (2008) essa visão de monumentalidade começa a mudar com a primeira edição da legislação federal que tratava da proteção do patrimônio nacional, o Decreto-lei nº 25, de 1937, que elevou os monumentos naturais à qualidade de patrimônio nacional. A autora resumindo essa trajetória aponta que

No Brasil, o discurso da monumentalidade é historicamente o primeiro a se configurar e não obstante o movimento de mudanças e reorientação de significados que vêm ocorrendo há três ou quatro décadas, ainda é hegemônico no plano das políticas públicas. Ele é absolutamente presente quando se analisam as experiências internacionais ocidentais e, por consequência, marcante no Brasil no âmbito federal até este momento, apesar de alguns esforços empreendidos no sentido da renovação. Em contrapartida, o discurso do cotidiano, embora muito presente no debate conceitual, não tem a mesma projeção do ponto de vista das práticas institucionais (SCIFONI, S. 2008, p.18).

Contudo, se for entendido como discurso do cotidiano as práticas sociais, as representações construídas, tal como nessa pesquisa, as práticas institucionais estão ligadas às práticas sociais,

cotidianas. Em verdade, a constituição do espaço se dá a partir delas.

Dentre outras maneiras, podemos entender o meio natural a partir de dois enfoques, geodiversidade e biodiversidade. Mas conforme aponta Gray (2004) as estratégias de conservação historicamente ganharam um viés focado apenas na biodiversidade, por vezes distanciado da geodiversidade. A própria produção de conhecimento relativo à Biodiversidade é maior do que para a diversidade geológica, esse fenômeno pode ser explicado porque é recente a utilização do termo “geodiversidade”, que teria surgido por ocasião da Conferência de Malvern sobre conservação geológica e paisagística, realizada no Reino Unido em 1993, segundo este autor.

A *Royal Society for Nature Conservation* considera que a geodiversidade compreende a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem à paisagem, rochas, minerais, fósseis e outros depósitos superficiais que dão base para o estabelecimento da vida na Terra (BRILHA, 2005).

Mochiutti (2009) aponta que muitos locais de visitação turística “têm como principais atrativos os elementos da geodiversidade, quer estejam eles associados ou não à biodiversidade (MOCHIUTTI, 2009, p. 24)”. A autora cita como exemplo o Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais onde a existência do parque é devida às feições de relevo ruiforme dos arenitos do Grupo Itararé, a Lagoa Dourada e as Furnas.

Outra maneira de entender o meio natural é não o separar da sociedade, ou melhor, entender essa relação a partir de duas visões antagônicas, o culturalismo e o naturalismo. Onde a visão culturalista seria “a ruptura entre a sociedade e a natureza, repetida pela separação entre o homem e a natureza, entre a história e a natureza, entre as ciências do homem e as da natureza. A sociedade teria todas as qualidades, e a natureza, todos os defeitos (Moscovici, 1974. Apud. Diegues, 2000 p. 48)”. A sociedade, nessa abordagem, tenderia a cada vez mais afastar-se do mundo natural. Já o Naturalismo,

afirma a unidade entre a sociedade e a natureza, entre a ciência do homem e da natureza. O homem está dentro da natureza, e essa realidade não pode ser abolida. Ela não é um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza, e a natureza, seu mundo. O naturalismo é ameaçador, porque é contrário à visão antropocêntrica do mundo.

Constitui uma corrente heterodoxa, minoritária na história das idéias ocidentais (DIEGUES, 2000. p.48).

Dentro dessa abordagem ainda existiria um *novo naturalismo* baseado em três fundamentos principais apontados por Diegues (2000):

- É o indivíduo quem produz o meio que o cerca ao mesmo tempo em que é constituído por ele, portanto, o principal é a relação entre sociedade e natureza e não a natureza em si e o que traz problemas a ela é a maneira como o homem intervém e não o fato de intervir.
- A natureza faz parte da história de determinada sociedade.
- A sociedade pertence à natureza, conseqüentemente é produto do mundo natural por um trabalho de invenção constante. Ela é ao mesmo tempo parte e criação da natureza.

Diegues (2000) aponta para a necessidade de superar as perspectivas que separam a sociedade da natureza, para dar lugar a um novo naturalismo, uma mudança do que é atualmente uma relação humana destrutiva da natureza em uma nova relação homem/natureza, uma nova aliança, em que a separação seja substituída pela unidade.

Nesse contexto, surge a geoconservação como uma ideia difundida entre pesquisadores que pretendem superar as antigas dicotomias que separam sociedade de natureza e sua proposição baseia-se em três pilares fundamentais, sendo eles: a conservação da natureza, a educação e o ordenamento do território (BRILHA, 2005). Os locais que se destacam por seu maior interesse geológico são chamados de geossítios, sendo que o conjunto deles constituiria o Patrimônio Geológico de determinada região.

Entende-se aqui que são os indivíduos que atribuem significados à paisagem. Nesse sentido, podemos entender a proposta de Brilha (2005) como uma forma de organização desses significados em:

- **Intrínseco:** o valor atribuído a simples existência do local, a sua unicidade.
- **Cultural:** quando determinada sociedade atribui um valor porque depende de alguma feição, ou elemento do meio físico para o estabelecimento de práticas sociais, culturais ou religiosas, como por exemplo, quando “os aspectos geológicos estão

ligados com as histórias de antigas civilizações, seja na escolha de seus artefatos (pontas de flechas de sílex, machadinhas, moedores etc.) seja na apropriação de lugares geomorfologicamente favoráveis para se habitar (MOCHIUTTI, 2009 p.26).

- **Estético:** subjetivo e inerente a cada sujeito. O que é belo e atrativo para uma pessoa pode não ser para outra.
- **Econômico:** quando a geodiversidade é entendida como recurso econômico e o seu valor é atribuído pela dependência existente de determinada sociedade quanto a estes recursos, por exemplo, petróleo, construção civil, aquíferos.
- **Funcional:** quando se subentende uma tarefa a desempenhar, uma utilidade para determinada sociedade e como substrato de sistemas físicos e ecológicos na Terra.
- **Didático/Científico:** quando o significado é atribuído pela relevância didática do local no sentido de entender os processos físicos de sua formação.

Assim, estes locais são interessantes para desenvolver atividades acadêmicas no sentido de exemplificar processos geológicos, mas também, para o desenvolvimento de atividades de interação indivíduo-natureza, por serem locais que apresentam condições para uma maior integração. Entretanto, como Brilha (2005) alerta “introduzir uma medida que permita afirmar que o geossítio A é mais importante do que o geossítio B pode revelar-se comprometedor se não forem usados instrumentos metodológicos isentos e precisos (BRILHA, 2005, p. 96)”. Por isso a pretensão em apresentar essa proposta metodológica é numa procura de medir de alguma forma, categorizar, ou mesmo organizar significados, valores, representações, enfim, subjetividades que podem ocorrer em certo grau de generalização na sociedade, contudo inerentes a cada sujeito.

3. PARA QUE(M) CONSERVAR AS ÁREAS NATURAIS?

Para Milton Santos, a história da relação homem-natureza pode ser entendida como a história da “substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, [...] instrumentalizado por essa mesma sociedade” (SANTOS, 1996, p.186). Ele

ainda propõe que essa história poderia ser dividida em três etapas, “o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional”. Assim, estaríamos - a partir da 2ª Grande Guerra - vivendo o “meio técnico-científico-informacional” no qual a união da técnica e da Ciência se dá pelo mercado, que se torna global. Numa época em que os objetos – antes apenas técnicos – passam a ser, da mesma forma, informacionais. A Ciência, a tecnologia e o mercado - global - dão novas perspectivas para a questão ecológica. Ele ainda coloca que “a Ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base de produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato (SANTOS, 1996, p.186).”

Assim, a relação sociedade-natureza é historicamente [re]significada no tempo, passando por um período de sacralização, quando a sociedade temia os fenômenos naturais, para um período de descoberta e exploração dos recursos, com o início da industrialização e, por fim, para o “meio técnico-científico-informacional”. O natural passa a dar “lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da Natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural” (SANTOS M. 1992, p.96).

Seguindo essa perspectiva, Wendel Henrique afirma que

A natureza, como parte do espaço geográfico, como elemento do território usado, é incorporada e produzida na forma de objetos e ideais. É transformada em recurso pela valorização do espaço e um intenso uso do território. Esse denso e utilizável espaço geográfico, conectando homem e Natureza, Técnicas e Cultura pode resultar em mentiras funcionais, [...] pois toda a natureza congelada no senso comum como paisagem, tende a ser transformada em cartões postais e em fetiche (HENRIQUE, 2009, p.18).

Para atender às exigências materiais e culturais de sua sobrevivência, os seres humanos estabeleceram relações entre si e a natureza, relações de mediação que estão entrelaçadas com suas condições materiais, culturais, intelectuais e morais, que por sua vez, são acumuladas historicamente (MÉSZÁROS, 2002). Segundo esse autor, os seres humanos precisam do relacionamento com a natureza, principalmente para que possam atender suas necessidades elementares. Entretanto, da forma como os seres humanos estariam organizados, seria impossível a sobrevivência como indivíduos da espécie a que pertencem, como por

exemplo, fazem os animais em um intercâmbio não mediado com a natureza. Nessa abordagem marxista, se separa 1ª de 2ª natureza, a primeira sendo aquela instintiva e a segunda a técnica. Portanto, para esse autor, será sempre necessário estabelecer condições que assegurem a mediação entre a sociedade e a natureza, pela técnica (MÉSZÁROS, 2002).

Se as pessoas criam as representações sobre a paisagem, é fundamental responder à questão: “para quem se preserva a natureza?”. A busca por *natureza intocada, preservada* ou uma *natureza selvagem* em áreas protegidas é entendida por Diegues (2000) como um mito moderno, ou neomito da relação homem-natureza. Para ele essa concepção

[...] diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total” (DIEGUES, 2000, p. 53).

Ao passo que a natureza sacralizada e mitificada, surge nos mitos *bioantropomórficos* das mitologias de civilizações antigas ou contemporâneas, onde

[...] os rochedos, montanhas, rios são biomórficos ou antropomórficos e o universo é povoado de espíritos, gênios, deuses, que estão em todas as coisas ou por trás de todas as coisas. Reciprocamente, o ser humano pode sentir-se da mesma natureza que as plantas e os animais, ter comércio com eles, metamorfosear-se neles, ser habitado ou possuído pelas forças da natureza. (MORIN, 1986, p.151 Apud. DIEGUES, 2000, p. 55 - 56).

Entretanto, o conhecimento científico, objetivo e racional, por vezes considerado como verdade universal, teria dessacralizado a natureza rompendo com os laços de significados e valores outrora existentes. Assim, o neomito de “*natureza intocada*”, “*preservada*” está presente também nas atividades turísticas. Como visto em Rocha (2010), para um grupo de visitantes do Buraco do Padre, o Parque Estadual de Vila Velha não se torna atraente porque a atração a espaços como o Buraco do Padre é baseada pelo contato com a natureza, num espaço

público o menos mediado possível por pessoas. Uma situação contrária a do Parque Estadual de Vila Velha onde a visita é guiada.

Deste modo, fundamentado sob as égides da geoconservação surge o Geoturismo, como um segmento dentro do turismo natural que propõe agregar informação ao “*contato com a natureza*”. Mochiutti (2009) o concebe como parte do “Trinômio Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo” e o considera como a chave da divulgação do Patrimônio Geológico.

Para Hose (2002) o Geoturismo “consiste na disponibilização de serviços e meios interpretativos que promovem o valor e o benefício social de geossítios geológicos e geomorfológicos, assegurando simultaneamente sua conservação para o uso de estudantes e turistas (HOSE, 2002, Apud. BRILHA, 2005, p.122)”. Nessa perspectiva, existem os Geoparques, que são o elo entre Patrimônio Geológico e Geoturismo. Trata-se de uma área reconhecida pela UNESCO e integrada na Rede Global de Geoparques. É uma espécie de ordenamento territorial em que o objetivo principal é apontar quais são os Geossítios para visitação, onde estão e o que contêm em cada um deles. Espera-se com isso, estimular economicamente as comunidades locais que residem no entorno ou na região dos geossítios, que geralmente se encontram em áreas rurais, como por exemplo, o espaço Buraco do Padre.

Os painéis explicativos são o melhor exemplo de atividades que podem ser desenvolvidas com o Geoturismo, no âmbito dos Geoparques. Mochiutti (2009) cita alguns exemplos, como: o “Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro, Projeto Sítios Geológicos e Paleontológicos do Estado do Paraná, e o Projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte, cuja finalidade principal é possibilitar a interpretação da história geológica de cada região e a geoconservação dos geossítios a partir de painéis explicativos (MOCHIUTI, 2009, p.34)”.

Experiências com trilhas auto-guiadas como as do Caminho de Itupava, Pico Paraná e Marumbi no Estado do Paraná surgem nesse sentido, onde o visitante não é acompanhado durante o trajeto, mas pode interagir com o meio natural sem mediação e regulação. O que falta ainda é a informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras

4. PALAVRAS FINAIS

Conhecer os anseios e as expectativas dos visitantes parece ser a primeira etapa para o desenvolvimento de propostas que correspondam às suas expectativas. Atividades que não sejam excludentes, que possibilitem emoções e contatos diretos com a natureza, mas que, ao mesmo tempo, degradem menos e se aprenda mais sobre as dinâmicas das relações entre sociedade e natureza. Contudo, o caminho ainda é longo. Mas a Geoconservação, ao contrário de outras propostas aqui apresentadas, pode ser um caminho que possibilita a manutenção das relações ali existentes, com menor prejuízo em termos de degradação da área e não elitizando a sua visitação.

Não quero dizer que não haja necessidade de criar estratégias para diminuir a degradação ambiental, mas que elas sejam pensadas a partir dos sujeitos que as visitam. No entanto, historicamente, muitas estratégias de conservação foram no sentido contrário, de mudar o público que frequenta o local para sanar as áreas objetos de intervenção pública. Enfim, gostaria ainda de deixar alguns questionamentos. Porque, afinal de contas, queremos áreas naturais preservadas ou conservadas? Nós, enquanto portadores do discurso científico, temos o direito de escolher quem pode ou não visitar uma área natural? Existe um público em específico que mereça esse privilégio?

Penso que nosso papel deva ser o de atuar na orientação da visitação. Mas uma orientação que possibilite a manutenção do “*contato com a natureza*”, pensando em estratégias que procurem diminuir os impactos gerados pela visitação desorientada. As estratégias de conservação do meio natural devem pesar duas medidas, de um lado o conhecimento do risco de degradação do ambiente e de outro a vontade de todo ser humano em conhecer as coisas. Porque o grande problema não é a visitação, em verdade é bom que as pessoas busquem fugir do stress urbano, relacionar-se com a natureza, o problema está quando estes indivíduos não sabem os impactos que estão causando na fauna e na flora do local, a partir do momento que existem subsídios e informação disponível para esses indivíduos, entendendo o que eles buscam, acredito que seja o primeiro passo no sentido de uma nova relação homem-natureza.

providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 31 de outubro de 2010.

- BRILHA, José. **Patrimônio Geológico e Geoconservação** – a conservação da natureza na sua vertente geológica. Lisboa: Palimage, 2005. 190 pg.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. 3.a ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- GRAY, M. **Geodiversity** – valuing and conserving abiotic nature. Chichester: Wiley, 2004, 434 pg.
- HENRIQUE, Wendel. O direito à natureza na cidade. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p.
- MÉSZARÓS, István. Para além do Capital. São Paulo. Ed. Da Unicamp. Tradução Boitempo Editora. 2002.
- MOCHIUTTI, Nair F. Os valores da geodiversidade da região de Piraí da Serra, Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa, 2009, 128 pg. (Monografia). Orientação: Dr. Gilson Burigo Guimarães, UEPG, 2009.
- PONTES, Henrique S.; ROCHA, Heder L.; MASSUQUETO, Laís L.; MELO Mário S. de; GUIMARÃES, Gilson B.; LOPES, Mario C. Mudanças recentes na circulação subterrânea do rio Quebra-pedra (furna do Buraco do padre, Ponta Grossa, Paraná). In: *Revista Espeleo-Tema*. v. 21, n. 1, p. 7-16. SBE – Campinas, SP, 2010.
- ROCHA, Heder L. As representações sociais e a constituição espacial do Buraco do Padre em Ponta Grossa-PR. Ponta Grossa, 2010, 90 pg. (Monografia). Orientação: Dra. Joseli Maria Silva, UEPG, 2010.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- . **1992**: a redescoberta da Natureza. Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 10 de março de 1992.
- SCIFONI, Simone. A Construção do Patrimônio Natural. São Paulo: Labur Edições, 2008, 199 pg.